



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO
ELETRÔNICO
078/2023

CONTRATANTE (UASG)

(452286) PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - RO

OBJETO

Contratação de Empresa especializada na Prestação de Serviço de seguro total de veículos.

Processo Administrativo n.º0001735.9.1-2023

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 157.808,85 (cento e cinquenta e sete mil e oitocentos e oito reais e oitenta e cinco centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 05/09/2023 às 10:00 h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por **lote**

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

AMPLA PARTICIPAÇÃO COM PREFERÊNCIA PARA ME/EPP

Sumário

| | |
|---|----|
| 1. DO OBJETO..... | 3 |
| 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 3 |
| 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ... | 5 |
| 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA..... | 6 |
| 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES | 7 |
| 6. DA FASE DE JULGAMENTO..... | 9 |
| 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO | 11 |
| 8. DOS RECURSOS | 13 |
| 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES | 13 |
| 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 15 |
| 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 16 |

EDITAL

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2023
(Processo Administrativo n.º0001735.9.1-2023)

Torna-se público que Prefeitura Municipal de Buritis, por meio da Superintendência de Licitações e Contratações, sediada na Rua São Lucas, 2476, setor 06, CEP 76.880-000, na cidade de Buritis, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de Contratação de Empresa especializada na Prestação de Serviço de seguro total de veículos conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **lotes**, conforme tabela constante no **ANEXO V**
- Estimativa de custos - Relação de lotes.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, **para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021**, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.10.1 deste Edital.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de

julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor (unitário) e (total) do item;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução da contratação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total unitário do lote.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de cinco décimos por cento (0,5%)*.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens

anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, A PREGOEIRA poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no

certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, A PREGOEIRA diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.55 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, A PREGOEIRA examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:

- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência e anexos deste edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por documento assinado digitalmente.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa

com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.10. A verificação pela PREGOEIRA, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da pregoeira.

7.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, A PREGOEIRA examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.buritis.ro.gov.br > Portal de Transparência > Licitações (<http://transparencia.buritis.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>).

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
ou
- 9.1.2.4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar a apólice ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato/apólice, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato/apólice, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e via e-mail para o endereço: cpl@buritis.ro.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela PREGOEIRA.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.buritis.ro.gov.br > Portal de Transparência
(<http://transparencia.buritis.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>) e
<http://www.comprasgovernamentais.gov.br> (**COMPRASNET**).

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar, Apólices vigentes e notas fiscais dos veículos novos.

11.11.2. ANEXO II – Modelo da Proposta.

11.11.3. ANEXO III – Condições para habilitação.

11.11.4. ANEXO IV – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica.

11.11.5. ANEXO V - Estimativa de custos- Relação de lotes.

11.11.6. ANEXO VI - Cópias dos Certificados de Registro e Licenciamento dos Veículos – CRLV.

11.11.7. ANEXO VII – Justificativa de lotes.

Buritis, 18 de agosto de 2023.

Elaborado por: Mônica Paiva Vieira
Membro da equipe de apoio

Pregoeira designada: Renilda Carlos de Moraes
Agente de Contratação e Pregoeira

Revisado e aprovado por: Daiane Santana Fontes
Superintendente de Licitações e Contratações

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/2023/CPLMS
ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001735.9.1/2023/SEMOSP

CATEGORIA: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro automotivo com cobertura total.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro automotivo com cobertura total, para os veículos oficiais pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Público, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Quantidade e especificações dos veículos por lote.

1.1.2. Lote 1 – Caminhão Caçamba

| ITEM | Descrição | COD | UND | Vig. da apólice | Val. unit. de referencia do veiculo | Quant. | VALOR MEDIO |
|------|--|-----|-----|-----------------|-------------------------------------|--------|--------------|
| 1 | Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante, Renavan:01332821860, Ano:2022/2023, Chassi: 953658266PR046025 Placa: QTA8B31 | 906 | UND | 1ª apólice | R\$. 589,000,00 | 01 | R\$ 7.462,37 |
| 2 | Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante, Renavan:01344715068, Ano:2022/2023, Chassi: 953658262PR046801 Placa:QTE2D51. | 906 | UND | 1ª apólice | R\$. 589,000,00 | 01 | R\$ 7.462,37 |
| 3 | Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante, Renavan:01344712603, Ano:2022/2023, | 906 | UND | 1ª Apólice | R\$. 589,000,00 | 01 | R\$ 7.363,13 |

| | | | | | | | |
|---|--|-----|-----|-------------------------|--------------------|----|---------------|
| | Chassi: 953658260PR046778 Placa:QTE2D31. | | | | | | |
| 4 | Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante, Renavan:01344716242, Ano:2022/2023, Chassi: 95365826XPR046061 Placa:QTE2D61. | 906 | UND | 1ª Apólice | R\$. 589,000,00 | 01 | R\$ 7.462,37 |
| 5 | Seguro – Caminhão VW 31.280 equipado com Caçamba Basculante; Renavan: 01271041313, Ano:2021/2022, Chassi: 95365826XNR014871 Placa: QRA1B93 | 906 | UND | 07/03/2022 à 07/03/2023 | R\$. 540,000,00 | 01 | R\$ 14.737,81 |
| 6 | Seguro – Caminhão equipado com caçamba, IVECO/TECTOR 260E30ID Renavan:01255940899, Ano:2020/2021, Chassi: 93ZE12NMZM8940121 Placa: QTJ0C56 | 906 | UND | 09/09/2022 à 09/09/2023 | R\$. 400,000,00 | 01 | R\$ 9.490,83 |
| 7 | Seguro – Caminhão equipado com caçamba, IVECO/TECTOR 260E30ID Renavan:01255937642, Ano:2020/2021, Chassi:93ZE12NMZM8940196 Placa: QTJ0C06 | 906 | UND | 09/09/2022 à 09/09/2023 | R\$. 400,000,00 | 01 | R\$ 9.490,83 |
| 8 | Seguro – Caminhão equipado com caçamba, VOLKSWAGEM DRC 4X2 Renavan:01146976051, Ano:2017/2018, Chass:953658266JR819826 Placa: QRA-6227 | 906 | UND | 20/09/2022 à 20/09/2023 | R\$. 480,000,00 | 01 | R\$ 11.843,54 |
| 9 | Seguro – Caminhão equipado com caçamba, VOLKSWAGEM | 906 | UND | 20/09/2022 | R\$. 480,000,00 | 01 | R\$ 6.834,24 |

| | | | | | | |
|--|--|--|---------------------|--|--|--|
| VW/26.280 CRM 6X4 Renavan:01149210173, Ano:2017/2018, Chassi:953658260JR818185 Placa: NDV-9031 | | | à 20/09/20 23 | | | |
|--|--|--|---------------------|--|--|--|

1.1.3. Lote 2 – Caminhonete

| ITEM | Descrição | CÓD | UND | Vig. da apólice | Quant. | VALOR MEDIO |
|------|---|-----|-----|-------------------------------|--------|--------------|
| 1 | Seguro – Caminhonete Hilux; Renavan: 01343865627, Ano: 2022/2023, Chassi:8AJDA3CD2P1830626 Placa: QTD4F51 | 906 | UND | 1ª Apólice | 01 | R\$ 5.060,35 |
| 2 | Seguro – Caminhonete Hilux; Renavan:1186810502, Ano: 2019/2019; Chassi: 8AJHA3CD0K2079451 Placa: OHT0421 | 906 | UND | 08/04/2022 à 08/04/2023 | 01 | R\$ 5.276,24 |
| 3 | Seguro – Caminhonete Hilux; Renavan: 01287592810, Ano: 2021/2021, Chassi:8AJDA8CB5M6047150 Placa: RSX4F78 | 906 | UND | 30/05/2022 à 30/05/2023 | 01 | R\$ 5.119,08 |
| 4 | Seguro – Caminhonete Hilux, Renavan: 01186810383, Ano:2019, Chassi: 8AJDA8CD5K1880538 Placa:OHT-0411 | 906 | UND | 20/09/2022 à 20/09/2023 | 01 | R\$ 5.276,24 |
| 5 | Seguro – Caminhonete Hilux Renavan: 01186810251, Ano:2019, Chassi: 8AJDA8CD5K1880474 Placa:OHT-0391 | 906 | UND | 20/09/2022 à 20/09/2023 | 01 | R\$ 5.276,24 |
| 6 | Seguro – Caminhonete Hilux Renavan:01119112645, Ano:2017, Chassi:8AJDA8CD4H1872262 | 906 | UND | 30/08/2022 à 30/08/2023 | 01 | R\$ 5.507,60 |

| | | | | | | |
|---|--|-----|-----|-------------------------------|----|--------------|
| | Placa:NCY-9912 | | | | | |
| 7 | Seguro – Caminhonete Hilux Renavan:01278842648, Ano:2021, Chassi: 8AJDA8CB3M6047244 Placa:RSU4C20 | 906 | UND | 17/12/2022 à 17/12/2023 | 01 | R\$ 5.119,08 |

1.1.4. Lote 3 – Caminhão carga

| ITEM | Descrição | CÓD | UND | Vig. da apolice | Val. unit. de referencia do veiculo | Quant. | VALOR MEDIO |
|------|---|-----|-----|-------------------------------|-------------------------------------|--------|------------------|
| 1 | Seguro – Caminhão carga carroceria tanque, VW/24.260 CRM 6X2 Renavan: 01294761991, Ano:2021/2022, Chassi:9536K8243NR036931 Placa: RSU2B64 | 906 | UND | 24/0/2022 à 24/08/2023 | R\$. 470,000,00 | 01 | R\$ 12.271,99 |
| 2 | Seguro - Caminhão Carga, equipado com Prancha; Renavan: 01292497650, Ano:2021/2022, Chassi;9536Y8261NR035406 Placa: RSY3J98 | 906 | UND | 30/05/2022 à 30/05/2023 | R\$. 539,000,00 | 01 | R\$ 14.485,16 |
| 3 | Seguro – Caminhão carga carroceria aberta, VW/9.170 DRC 4/2 Renavan:01264511633, Ano:2021/2022, Chassi:9535H5TB3NR017821 Placa: QTG5E25 | 906 | UND | 06/12/2022 à 06/12/2023 | R\$. 409,000,00 | 01 | R\$ 9.368,27 |

1.1.5. Lote 4 – Automovel

| ITEM | Descrição | CÓD | UND | Vig. da apolice | Quant | VALOR MEDIO |
|------|-----------|-----|-----|-----------------|-------|-------------|
|------|-----------|-----|-----|-----------------|-------|-------------|

| | | | | | | |
|---|---|-----|-----|---------------------------------------|----|--------------|
| 1 | Seguro – Automovel RENAULT KWID ZEN, Renavan:01279603507, Ano:2022, Chassi:93YRBB006NJ06308 2 Placa:RSU8F90 | 906 | UND | 17/02/202 2 à 17/12/202 3 | 01 | R\$ 2.901,11 |
|---|---|-----|-----|---------------------------------------|----|--------------|

2 - Do lote 01 (Caminhão caçamba)

2.1. Cobertura abrangente.

2.2. A importância assegurada/garantida para o veículo será determinada com base na tabela FIPE- (fundo de investimento de preços econômicos) Site: www.fipe.com.br, ou pela tabela MOLICAR Site: <https://molicar.com.br> no percentual de 100% observando o tipo de franquia.

2.3. As outras coberturas serão cotadas levando em consideração os seguintes valores:

- I- Cobertura abrangente (casco) de 100% tabela FIPE ou Molicar;
- II- RCF/DMT (Danos materiais a terceiros) R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)
- III- RCF/DPT (Danos pessoais a terceiros) R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)
- IV- APP/MORTE (Acidentes pessoais de passageiro, inclusive o motorista) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
- V- APP/INVALIDEZ (Invalidez permanente a passageiro) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
- VI- Franquia reduzida;
- VII- Assistência 24 horas;
- VIII- Assistência ilimitada de guincho;
- IX- Cobertura total de vidros (laterais, para-brisa e vidro traseiro) faróis e lanternas;
- X- Assistência chaveiro;
- XI - serviço de troca de pneus quando o veículo estiver impossibilitado de se deslocar devido a problemas no pneu e/ou estepe;
- XII- Veículo reserva no período de 15 (quinze) dias;

3 - Do lote 02 (Caminhonete)

3.1. Cobertura abrangente.

3.2. A importância assegurada/garantida para o veículo será determinada com base na tabela FIPE- (fundo de investimento de preços econômicos) Site: www.fipe.com.br, ou pela tabela MOLICAR Site: <https://molicar.com.br> no percentual de 100% observando o tipo de franquia.

3.3. As outras coberturas serão cotadas levando em consideração os seguintes valores:

- I- Cobertura abrangente (casco) de 100% tabela FIPE ou Molicar;
- II- RCF/DMT (Danos materiais a terceiros) R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)
- III- RCF/DPT (Danos pessoais a terceiros) R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)
- IV- APP/MORTE (Acidentes pessoais de passageiro, inclusive o motorista) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
- V- APP/INVALIDEZ (Invalidez permanente a passageiro) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
- VI- Franquia reduzida;
- VII- Assistência 24 horas;
- VIII- Assistência ilimitada de guincho;

- IX- Cobertura total de vidros (laterais, para-brisa e vidro traseiro) faróis e lanternas;
- X- Assistência chaveiro;
- XI - serviço de troca de pneus quando o veículo estiver impossibilitado de se deslocar devido a problemas no pneu e/ou estepe;
- XII- Veículo reserva no período de 15 (quinze) dias;

4 - Do lote 03 (Caminhão carga)

4.1. Cobertura compreensiva.

4.2. A importância segurada/garantida para o veículo será determinada com base na tabela FIPE- (fundo de investimento de preços econômicos) Site: www.fipe.com.br, ou pela tabela MOLICAR Site: <https://molicar.com.br> no percentual de 100% observando o tipo de franquia.

As outras coberturas serão cotadas levando em consideração os seguintes valores:

- I- Cobertura compreensiva (casco) de 100% tabela FIPE ou Molicar;
- II- RCF/DMT (Danos materiais a terceiros) R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)
- III- RCF/DPT (Danos pessoais a terceiros) R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)
- IV- APP/MORTE (Acidentes pessoais de passageiro, inclusive o motorista) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
- V- APP/INVALIDEZ (Invalidez permanente a passageiro) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
- VI- Franquia reduzida;
- VII- Assistência 24 horas;
- VIII- Assistência ilimitada de guincho;
- IX- Cobertura total de vidros (laterais, para-brisa e vidro traseiro) faróis e lanternas;
- X- Assistência chaveiro;
- XI - serviço de troca de pneus quando o veículo estiver impossibilitado de se deslocar devido a problemas no pneu e/ou estepe;
- XII- Veículo reserva no período de 15 (quinze) dias;

5- Do lote 04 (Automovel)

5.1. Cobertura compreensiva.

5.2. A importância segurada/garantida para o veículo será determinada com base na tabela FIPE- (fundo de investimento de preços econômicos) Site: www.fipe.com.br, ou pela tabela MOLICAR Site: <https://molicar.com.br> no percentual de 100% observando o tipo de franquia.

5.3. As outras coberturas serão cotadas levando em consideração os seguintes valores:

- I- Cobertura compreensiva (casco) de 100% tabela FIPE ou Molicar;
- II- RCF/DMT (Danos materiais a terceiros) R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
- III- RCF/DPT (Danos pessoais a terceiros) R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
- IV- APP/MORTE (Acidentes pessoais de passageiro, inclusive o motorista) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
- V- APP/INVALIDEZ (Invalidez permanente a passageiro) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
- VI- Franquia reduzida;
- VII- Assistência 24 horas;
- VIII- Assistência ilimitada de guincho;
- IX- Cobertura total de vidros (laterais, para-brisa e vidro traseiro) faróis e lanternas;
- X- Assistência chaveiro;
- XI - serviço de troca de pneus quando o veículo estiver impossibilitado de se deslocar devido a problemas no pneu e/ou estepe;
- XII- Veículo reserva no período de 15 (quinze) dias;

6. DO OBJETO

6.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 13.509/2023, de 15 de Março de 2023.

6.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

6.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir do da assinatura da apólice, podendo ser prorrogado por igual período.

6.4. As especificações do(s) serviço(s), está em conformidade com catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.

6.5. Estão garantidos por essa cobertura os danos, totais e parciais, causados aos veículos segurados e veículo terceiro, decorrentes de:

- a) Acidente de transito, tais como: colisão, capotagem ou queda acidental;
- b) Roubo ou furto parcial do veículo segurado ou a sua tentativa;
- c) Roubo ou furto total do veículo segurado
- d) Assistência ilimitada de guincho
- e) cobertura total de vidros (laterais, pará-brisa e traseiros) faróis e lanternas.
- f) Incendio, ou fenomeno da natureza;
- g) Danos causados ao veículo segurado após o roubo ou furto total, se o mesmo vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização;

6.6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023

7. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

7.1. São órgãos participantes deste Pregão Eletronico:
Secretaria Municipal De Obras e Serviços Públicos - SEMOSP

8. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação de empresa qualificada em prestação de serviços de seguro de veículos tem como finalidade proteger o patrimônio do segurado, à medida em que oferece reposição do veículo mediante indenização pelo valor de mercado do bem, nos casos de furto, roubo ou acidentes que causem perda total do veículo segurado, e nos casos de reparação dos danos causados em decorrência de colisões ou outros sinistros recuperáveis.

8.2. Com contratação empresa qualificada em prestação no serviços de seguro automotivo visa atender às necessidades da SEMOSP, quanto a proteção e manutenção das condições ideais de operação dos veículos pertencentes à frota, indispensáveis para o transporte de servidores, bem como para desenvolvimento das várias atividades, proporcionar segurança necessária para os servidores em suas atividades e locomoção para a execução de serviços dentro do perímetro do Município como em todo o estado de

Rondônia, pois são exposto a danos como colisões, roubos, furtos, incêndios, intempéries e demais fenômenos da natureza.

8.3. Com a contratação busca-se segurar a frota de veículos oficiais da SEMOSP, de forma a mitigar os riscos nos quais servidores incorre, inclusive quanto aos danos contra terceiros e ao patrimônio público.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

9.1. O objeto a ser contratado cobrirá danos materiais ocorridos aos veículos relacionados a serem segurados, garantindo ressarcimento financeiro por danos causados provenientes de incendio, colisão, roubo, furto, acidente com servidores e terceiros entre outros acontecimento citado nesse Termo. Garantindo assistencia 24 horas por dia, para os respectivos veiculos e seus ocupantes.

9.2. Indenização Parcial/Integral:

9.3. Modalidade, “Valor de Mercado referenciado” - 100% da tabela FIPE- (fundo de investimento de preços econômicos) Site: www.fipe.com.br, ou pela tabela MOLICAR Site: <https://molicar.com.br> no percentual de 100% observando o tipo de franquia, atualizada para os veículos segurados ou tabela/indicador que oficialmente venha a substituí-la referente a todos os veículos

10. DA FRANQUIA

10.1. A franquia considerada é a reduzida, observado, no entanto, o seguinte:
A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

10.2. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.

10.3. Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica.

10.4. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:
a) Chaveiro.
b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo contratante.

10.5. Coberturas Adicionais: Assistência 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, em todo território Nacional, em caso de pane, acidente, furto e roubo, com no mínimo os seguintes serviços: - Socorro mecânico emergencial no local; Reboque/guincho do veículo;

10.6. Em caso de sinistro de perda parcial, o valor referente á franquia deverá ser pago pela Secretaria Municipal de Obra e Serviços Publico, prioritariamente à concessionária/oficina que irá promover o conserto do veículo, caso a concessionária não esteja com sua documentação regular, o pagamento da franquia deverá se efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária.

11. DA APÓLICE

11.1. A emissão deverá resultar separadamente de acordo com a Dotação Orçamentária, prevista neste Termo de Referência, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a CONTRATANTE.

11.2. Deverá constar na Apólice:

- a) – Identificação do contratante;
- b) – Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
- c) – Vigência da apólice;
- d) – Número da apólice;
- e) – Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%.
- f) – Valor das indenizações discriminados por coberturas.
- g) - Assistência técnica 24 (vinte e quatro) horas.
- h) - Franquia aplicável para cada cobertura;
- i) – Indicação de carro reserva;

11.3. A apólice deverá ser disponibilizada para a CONTRATANTE, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida.

11.4. Após o recebimento pela CONTRATADA da nota de empenho e ordem de faturamento, a mesma se tornará responsável pelas coberturas dos serviços previstos nesta contratação, em ocorrência de sinistros e/ou problemas correlatos, o qual será substituído pela apólice após sua disponibilização pela CONTRATADA.

11.5. Após a disponibilização da referida apólice, a CONTRATANTE terá o prazo de 15 (quinze) dias para verificação de sua conformidade, a qual será conferida e posterior atestada, por pessoa nomeada por meio de decreto (fiscal de contrato).

11.6. O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, das coberturas destes serviços previstos nesta contratação, em ocorrência de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

12. VIGÊNCIA

12.1. O prazo de vigência da apólice será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da apólice, podendo ser prorrogado por igual período.

13. ENDOSSO

13.1. Os veículos da Secretaria Municipal de Obras que não fazem parte desta contratação (Item 1 e seus subitens) poderão, ao longo da vigência desta contratação, serem inseridos obedecendo às normas de inclusão por aditamento, sem prejuízo do disposto no item 13.2 destas Especificações Técnicas.

13.2. Do Endosso:

13.2.1. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice poderão ser solicitadas pela SEMOSP e processadas pela seguradora mediante

endosso, aplicando-se as regras constantes dos itens 13.2.2 e 13.2.3 destas Especificações Técnicas.

13.2.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

13.2.3. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso efetuado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

14. DA INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO.

14.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando pra isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

14.2. Em caso de veículos serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

14.3. A devolução deverá ser realizada mediante pagamento por meio de depósito bancário na mesma conta onde houve o pagamento da franquia, devendo a seguradora enviar comprovante de depósito de quitação à Secretaria Municipal de Obras.

14.4. Caberá à Secretaria Municipal de Obras, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

15. CASCO

15.1. Valor para cobertura de 100%-casco, da tabela FIPE para os veículos relacionados no item 1 e seus subitens.

15.2. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

15.3. Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.

15.4. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.

15.5. Raios e suas consequências.

15.6. Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

15.7. Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

15.8. Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

15.9. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

15.10. Inundação, alagamento, ressacas, ventos fortes, granizo e queda acidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo;

15.11. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenização por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

16. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

16.1. A Contratada deverá colocar a disposição da Contratante, 24 horas por dia, sete dias por semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

16.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo território nacional.

16.3. Após registro de sinistro, por um dos meios elencados acima, terá no máximo 05(cinco) dias a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder a liberação do serviço a ser executado.

16.4. Havendo necessidade de reboque, a Contratada, deverá atender em um prazo máximo de 04 (quatro) horas após o aviso do sinistro, quando dentro do Município, caso contrário, o prazo máximo será de até 24 (vinte e quatro) horas.

16.5. Em caso de sinistro em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução serviço ficará totalmente a cargo da Contratante, não cabendo pela Contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

16.6. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

16.7. Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a Contratada ficará sujeita a multa diária correspondente a 2% do valor da indenização, além das penalidades prevista em Lei.

16.8. Em caso do sinistro de perca parcial, o valor referente a franquia deverá ser paga pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Público, prioritariamente a concessionária que irá promover o conserto do veículo, caso a concessionária não esteja com sua documentação regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado a seguradora emitente da apólice, que se responsabilizara pelo repasse a concessionária.

16.9 . A franquia considerada é a reduzida, devendo ser observado os itens a seguir;

16.10. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (premio).

16.11. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente na propostas e na apólice, devendo para isso, serem consideradas as informações e detalhes constantes na tabela no item 1 e seus subitem, devendo ser ofertada, de acordo com análise por veículo e seus devidos bonus, franquia de valores menores.

16.12. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistro com substituição unicamente de itens como vidros laterais, traseiros, para-brisa, faróis, e lanternas, deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, e para isso, devem ser considerados as informações e detalhes, devendo ser ofertada de acordo com a análise por veículo e seus devidos bonus, franquias de menores valores.

16.13. Em havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais, traseiros, para-brisa, faróis, e lanternas, a CONTRATADA não cobrará franquia para esses serviços.

16.14. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incendio, queda de raio e/ou explosão.

16.15. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

17.SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

18.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação

19. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

19.1. A previsão de início da vigência da contratação será contada a partir da data da assinatura da apólice.

19.2. A apólice deverá ser disponibilizada para a CONTRATANTE, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento pela CONTRATADA da nota de empenho emitida pela CONTRATANTE.

19.3. Após o recebimento pela CONTRATADA da nota de empenho e ordem de faturamento, a mesma se tornará responsável pelas coberturas dos serviços previstos nesta contratação, em ocorrência de sinistros e/ou problemas correlatos, o qual será substituído pela apólice após sua disponibilização pela CONTRATADA..

19.4. Após a disponibilização da referida apólice, a CONTRATANTE terá o prazo de até 15 (quinze) dias para verificação de sua conformidade, a qual será conferida e posterior atestada, por pessoa nomeada por meio de decreto (fiscal de contrato).

19.5. O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, das coberturas destes serviços previstos nesta contratação, em ocorrência de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

19.6. A Contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.

19.7. A execução provisória ou definitiva do serviço não exclui a responsabilidade da Contratada pelos danos resultantes da má execução dos serviços contratados.

19.8. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta;

19.9. A demanda do órgão refere-se à relação constante na tabela do item 1 e seus subitens, deste Termo de Referência.

19.10. Os veículos são oficiais e exclusivos para uso em serviço.

19.11. A franquia considerada neste Termo de Referência é obrigatória e não poderá exceder o valor máximo de referência estimado neste Termo de Referência.

19.12. A franquia não será considerada para fins de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços (prêmios).

19.13. De acordo com análise do veículo e seus devidos bônus, poderão ser ofertadas franquias de valores menores.

19.14. A franquia do casco deverá ser fixa para cada veículo.

19.15. O valor da franquia deverá constar obrigatoriamente na proposta da empresa vencedora e o seu pagamento somente ocorrerá quando do registro do sinistro junto à seguradora.

19.16. As propostas deverão ser apresentadas sem as cláusulas de perfil do segurado, tendo em vista que os veículos serão conduzidos por servidores municipais com autorização para condução. Entretanto, destacamos que todos possuem a devida Habilitação exigida para a condução do veículo e decreto de autorização.

19.17. O período de vigência da apólice será de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da data da assinatura da mesma, podendo a critério da administração, ter a duração prorrogada por iguais períodos.

20. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

20.1. A presente contratação será regulada através de apólices

20.1.1. A contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

20.1.2. A execução da contratação deverá ser acompanhada pelo gestor da contratação, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

20.1.3. O gestor da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

20.1.4. O fiscal da contratação informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2).

20.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

20.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da contratação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120)

20.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

20.1.8. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

20.1.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

20.1.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas.

20.1.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

20.1.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

20.1.13. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor da contratação emitirá notificações para a correção da execução da apólice, determinando prazo para a correção.

20.1.14. O gestor da contratação informará a seu superior em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

20.1.15. o gestor da contratação deverá ficar atento as possíveis ocorrências que possam inviabilizar a execução da apólice nas datas aprazadas. Como também, a data termino da apólice sobre sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

20.1.16. O gestor da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

20.1.17. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providencias cabíveis.

20.1.18. O gestor da contratação coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da apólice contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da apólice para fins de atendimento da finalidade da administração.

20.1.19. O gestor da contratação acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

20.1.20. O gestor da contratação tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

21. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

21.1. Após a realização da Nota de Empenho pela Contratante, a Contratada deverá confeccionar boleto para pagamento e emitir as apólices para os veículos constantes na tabela do item 1 e seus subitens, devendo constar na apólice a identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações (placa, modelo, ano, RENAVAM, chassi), indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação, indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado (100%), prêmios discriminados por cobertura e limites.

21.2. O pagamento será efetuado, mediante entrega do boleto, devidamente preenchido e correto pela Contratada com a discriminação dos serviços adquiridos e seus quantitativos relativos a prestação estabelecida em proposta, sendo realizado inferior a 30 (trinta) dias úteis, após recebimento definitivo da contratante e confirmação da validade de todas as certidões de regularidade fiscal fazendárias e trabalhistas da contratada.

21.3. A contratada deverá informar os dados bancários para o pagamento (instituição financeira, com respectivo número de registro no Banco Central, Agência e Número e Modalidade da Conta).

21.4. Havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir de sua regularização por parte da CONTRATADA.

22. DO RECEBIMENTO

22.1. O recebimento se dará após a comprovação da emissão e assinatura da apólice de seguro.

22.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

22.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da apolice, nos limites estabelecidos pela lei ou pela contratação.

22.4. O objeto da contratação será recebido pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, ou comissão nomeada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

a) definitivamente, por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

23. DA LIQUIDAÇÃO

23.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da contratação e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução da contratação;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

23.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

23.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

23.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

23.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

23.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

23.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

23.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

24. DO PAGAMENTO

24.1. O pagamento será efetuado no prazo inferior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal ou documento equivalente, conforme seção anterior, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023.

25.1. Forma de pagamento

25.1.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

25.1.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

25.1.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

25.1.4. A contratação regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

26. Antecipação do pagamento

26.1. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, conforme Art. 45 do decreto municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023.

27. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

27.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, POR LOTE. Conforme especificado no item 1. Definição do objeto, visando o melhor entendimento por parte das empresas na elaboração das propostas de acordo com a categoria e modelo dos veículos.

Exigências de habilitação;

27.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica;

27.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

27.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

27.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

27.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

27.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

27.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

27.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971

27.10. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

27.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

27.12. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

27.13. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

27.14. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

27.15. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

27.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista;

27.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

27.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

27.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

27.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos

termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

27.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

27.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

27.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

27.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

27.25. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

27.26. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

Qualificação Técnica

27.27. Apresentação de pelo menos um **Atestado(s) de Capacidade Técnica** (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.

27.28. O atestado de capacidade técnica emitido por **pessoa jurídica de direito privado** deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto.

27.29. Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão da Pregoeira, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema comprasnet.

27.30. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

28. DAS CLÁUSULAS INSTRUMENTO CONTRATUAL E OBRIGAÇÕES

28.1. Obrigações da Contratante;

28.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

28.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

28.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

28.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

28.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

28.1.6. Comunicar o sinistro à CONTRATADA dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias;

28.2. O recebimento provisório não implica aceitação.

28.2.1 Efetuar o recebimento definitivo da apólice entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos mesmos, nos termos deste instrumento, no prazo de 06 (seis) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo da apólice.

28.2.2. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Serviços emitido pelo gestor da contratação, as apólices em que se tenha verificado desacordo com especificações estabelecidas neste instrumento ou vícios de qualidade ou impropriedades para o uso;

28.2.3. O Termo de Recusa deverá explicitar a razão da recusa do serviço, indicando ainda o prazo de substituição e as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da obrigação.

Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Seguradora relativos à execução do objeto deste instrumento;

28.2.4. Analisar e decidir acerca das solicitações efetuadas pela Seguradora relativas à execução do objeto deste instrumento;

28.2.5. Determinar à Seguradora, mediante notificação, o cumprimento de obrigação contratual assumida, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da licitação e neste Termo;

28.2.6 A notificação deverá estipular o prazo para o cumprimento da obrigação e indicar as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da determinação.

28.3. Obrigações da Contratada;

28.3.1. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

28.3.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação;

28.3.3. Disponibilizar à contratante todos os meios de contato existentes, como: endereço completo, pessoa de contato, e-mail, telefone;

28.3.4. Emitir a apólice com base nas declarações da CONTRATANTE;

28.3.5. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento.

28.3.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da apólice, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes;

28.3.7. Manter-se, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da licitação;

28.3.8. Atender às determinações da Administração para o cumprimento de obrigação assumida no prazo estabelecido na notificação, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento;

28.3.9. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto deste Termo, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

Fica proibida a subcontratação de qualquer prestação de serviços objetos deste termo de referência.

28.3.10. As condições e regras do contrato, assim como as obrigações da contratante e contratada cessão e/ou transferência encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da Minuta de Contrato ou documento equivalente, apêndice deste Termo de Referência.

29. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

29.1. O custo estimado inicial da contratação é de **55.352,12** (cinquenta e cinco mil trezentos e cinquenta e dois reais e doze centavos). Valor calculado através de apólices vigentes e anteriores, cabe informar que o valor estimado não poderá servir como base para licitação, sendo apenas estimativa de gastos. Uma vez que, foi utilizado o valor de apólices dos anos anteriores, sendo que, pode haver uma diferença no valor atual de mercado.

29.1.1 Porém, após a elaboração e anexo todos os documentos no processo de nº 0001735.9.1-2023, o mesmo foi encaminhado para o setor de cotação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Público, para que fosse realizada uma cotação ampla do objeto. Sendo que, os valores foram especificados nos documentos de ID: Cotação (ID-1.125.ECB); Quadro de cotação (ID-1.125.F14); Listagem media (ID-1.125.F75); Quadro analítico (ID-1.125.FEC); Checklist (ID-1.126.O4D). Sendo o valor atual estimado para a contratação de **R\$ 157.808,85 (cento e cinquenta e sete mil e oitocentos e oito reais e oitenta e cinco centavos)**

30. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

30.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Buritis.

30.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: Prefeitura Municipal de Buritis

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Público

Programação: 04.122.1001.2008.0000 – Apoio as Atividades Administrativa da SEMOSP

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídica

Fonte de Recurso: Proprio

31. Do Foro

31.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Buritis Estado de Rondônia para solucionar as questões atinentes a licitação ou a atos dela decorrentes, não prevalecendo qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

32. INFORMAÇÕES GERAIS

3 2.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (69) 3238-3269, no e-mail: semosp@buritis.ro.gov.br, Secretaria de obras e Serviços Público, situada na Rua Theobrama nº 1000, setor 02, Buritis-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

32.2. O presente Termo de Referência foi elaborado por Girlene Santiago Laube, Chefe de Controle de Combustível e Frotas, matrícula nº 6266, revisado por Eriane da Silva Oliveira, Gerente de Gest. Admin.e Orcamentaria, matrícula nº 9921, e aprovado por, Gesuel Babosa do Nascimento, Secretário(a) Municipal de Obras e Serviços Público, decreto nº13633/2023.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/2023/CPLMS
ANEXO II DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2023/SML
PROCESSO Nº 0001735.9.1-2023/SEMOSP

LICITANTE _____
CNPJ: _____ TEL. FAX: _____ E-MAIL: _____
ENDEREÇO: _____
C. CORRENTE: _____ AG.: _____ BANCO: _____

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT. | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|------|---------------|-------------------------|--------|----------------------------|-------------------------|
| | | | | | |
| | | | | | |

Valor total:

Valor total por extenso:

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Outras informações:

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. - Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos. - Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em firmar a apólice no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2023.

Nome e assinatura do Representante Legal

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2023/CPLMS
ANEXO III DO EDITAL

CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

A habilitação das empresas vencedoras do Pregão será feita pela análise da documentação, ou da Certidão de Registro Cadastral - CRC da Prefeitura Municipal de Buritis. *Caso haja alguma certidão vencida, a mesma deverá ser encaminhada a Pregoeira exclusivamente via sistema, no prazo compreendido entre a divulgação do edital no sítio eletrônico e o horário limite da sessão pública, conforme descrito no preâmbulo deste edital.* Os documentos de habilitação abaixo, que não forem contemplados pelo CRC deverão também ser remetidos:

HABILITAÇÃO JURIDICA:

- a) Identidade e CPF do responsável.
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e suas alterações, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais.
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda **Federal e INSS**. (Unificada)
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda **Estadual**.
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda **Municipal** da sede da licitante.
- f) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**.
- g) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- h) Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas** (Lei nº 12.440/11).

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- i) Os licitantes interessados deverão apresentar documento que comprove sua regularidade junto a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- j) Os licitantes interessados, deverão apresentar atestado de capacidade técnica compatível com o objeto solicitado no termo de referência, ou seja: **seguros de veículos**. Este atestado tem como finalidade comprovar a capacidade da licitante em fornecer o serviço licitado de modo íntegro para que não haja transtornos ou prejuízo para a administração, durante a vigência da apólice.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- k) Certidão negativa de **Falência ou Recuperação Financeira** expedida pelo site do Tribunal de Justiça da sede do licitante, conforme inciso II, do art. 69, da Lei nº 14.133/2021.

Admitir-se-á à licitante em Recuperação Financeira a apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente pela ação judicial, ou seja, onde tramita o processo, que comprove que está economicamente apta para participar de procedimentos licitatórios, nos termos da Lei n.11.101/2005, e Acórdão do TCU 1201/2020 Plenário;

Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

Os documentos anexados serão considerados originais para os efeitos legais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis. O uso de *documento falso* para fraudar o caráter competitivo de uma *licitação* está previsto no tipo penal do artigo 155 da Lei das *Licitações*, a Lei 14.133/2021.

Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias para a Certidão de Falência e Recuperação Judicial, e emitidos nos últimos 60 (sessenta) dias para as demais.

A pregoeira reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

A aceitação das certidões exigidas está condicionada à verificação de sua autenticidade e validade na internet nos sites: www.receita.fazenda.gov.br, www.sefin.ro.gov.br, www.previdenciasocial.gov.br, www.caixa.gov.br, www.tj.ro.gov.br e www.tst.jus.br, respectivamente. Em se tratando de empresas licitantes com sede em outro município ou Unidade da Federação, tal procedimento será realizado no site pertinente expresso na Certidão apresentada pela empresa.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2023/CPLMS
ANEXO IV DO EDITAL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(Modelo)

Atestamos para os devidos fins que a empresa **[Razão Social da Empresa Licitante]**, inscrita no CNPJ sob o Nº. **[da Empresa Licitante]**, estabelecida na **[endereço da Empresa Licitante]**, prestou para esta empresa/Entidade **[Razão Social da Empresa Emitente do atestado]**, inscrita no CNPJ sob o Nº. **[CNPJ da Empresa Emitente do atestado]**, situada no **[endereço da Empresa Emitente do atestado e Telefones]**, os serviços cotado (s), abaixo especificado(s), no período de (___/___/___ a ___/___/___):

- **OBJETO ENTREGUE:** (descrever o objeto a ser entregue)
- **VALOR TOTAL** _____ (R\$):..... descrever o valor contratado (se possível).
- **TEMPO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO** _____ (quantidade/meses/ano)

Atestamos ainda, que tal(is) prestação (ões) está (ão) sendo / foi (ram) executado(s) satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Local e Data

[Nome do Representante da Empresa Emitente]
Cargo / Telefone

OBSERVAÇÃO:

1. Deve ser emitido em papel timbrado da empresa/entidade ou identificá-la logo abaixo ou acima do texto, com nome, CNPJ, endereço, telefones, fax e e-mail.

A falta deste documento **causa a INABILITAÇÃO** da Licitante no certame licitatório.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2023/CPLMS
ANEXO V DO EDITAL

ESTIMATIVA DE CUSTOS
(Relação de lotes)

| Item | Descrição | Unid | Quantidade | Preço médio unitário R\$ |
|--------------------------------|---|---------|------------|-----------------------------|
| Lote I Caminhão Caçamba | | | | |
| 1. | Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante, Renavan: 01332821860, Ano:2022/2023, Placa: QTA8B31 | Serviço | 1 | R\$ 7.462,37 |
| 2. | Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante, Renavan:01344715068, Ano:2022/2023, Placa:QTE2D51. | Serviço | 1 | R\$ 7.462,37 |
| 3. | Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante, Renavan:01344712603, Ano:2022/2023, Placa:QTE2D31. | Serviço | 1 | R\$ 7.363,13 |
| 4. | Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante, Renavan:01344716242, Ano:2022/2023, Placa:QTE2D61. | Serviço | 1 | R\$ 7.462,37 |
| 5. | Seguro - Caminhão VW 31.280 equipado com Caçamba Basculante; Renavan: 01271041313, Ano: 2021/2022, Placa: QRA1B93 | Serviço | 1 | R\$ 14.737,81 |
| 6. | Seguro - Caminhão equipado com caçamba, IVECO/TECTOR 260E30ID Renavan:01255940899, Ano:2020/2021, Chassi: 93ZE12NMZM8940121 Placa: QTJ0C56 | Serviço | 1 | R\$ 9.490,83 |
| 7. | Seguro - Caminhão equipado com caçamba, IVECO/TECTOR 260E30ID Renavan:01255937642, Ano:2020/2021, Chassi:93ZE12NMZM8940196 Placa: QTJ0C06 | Serviço | 1 | R\$ 9.490,83 |
| 8. | Seguro - Caminhão equipado com caçamba, VOLKSWAGEM DRC 4X2 Renavan:01146976051, Ano:2017/2018, Chassi:953658266JR819826 Placa: QRA-6227 | Serviço | 1 | R\$ 11.843,54 |
| 9. | Seguro - Caminhão equipado com caçamba, VOLKSWAGEM VW/26.280 CRM 6X4 Renavan:01149210173, Ano:2017/2018, Chassi:953658260JR818185 Placa: NDV-9031 | Serviço | 1 | R\$ 6.834,24 |
| Lote II Caminhonete | | | | |
| 10. | Seguro - Caminhonete Hilux; Renavan: 01343865627, Ano: 2022/2023, Chassi:8AJDA3CD2P1830626 Placa: QTD4F51 | Serviço | 1 | R\$ 5.060,35 |
| 11. | Seguro - Caminhonete Hilux; Renavan:1186810502, Ano: 2019/2019; | Serviço | 1 | R\$ 5.276,24 |

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0001735.9.1-2023 SEMOSP

| | | | | |
|--------------------------------|---|---------|-----------------------|---------------|
| | Chassi: 8AJHA3CD0K2079451 Placa: OHT0421 | | | |
| 12. | Seguro – Caminhonete Hilux; Renavan: 01287592810, Ano: 2021/2021, Chassi:8AJDA8CB5M6047150 Placa: RSX4F78 | Serviço | 1 | R\$ 5.119,08 |
| 13. | Seguro – Caminhonete Hilux, Renavan: 01186810383, Ano:2019, Chassi: 8AJDA8CD5K1880538 Placa:OHT-0411 | Serviço | 1 | R\$ 5.276,24 |
| 14. | Seguro – Caminhonete Hilux Renavan: 01186810251, Ano:2019, Chassi: 8AJDA8CD5K1880474 Placa:OHT-0391 | Serviço | 1 | R\$ 5.276,24 |
| 15. | Seguro – Caminhonete Hilux Renavan:01119112645, Ano:2017, Chassi:8AJDA8CD4H1872262 Placa:NCY-9912 | Serviço | 1 | R\$ 5.507,60 |
| 16. | Seguro – Caminhonete Hilux Renavan:01278842648, Ano:2021, Chassi: 8AJDA8CB3M6047244 Placa:RSU4C20 | Serviço | 1 | R\$ 5.119,08 |
| Lote 3 – Caminhão carga | | | | |
| 17. | Seguro – Caminhão carga carroceria tanque, VW/24.260 CRM 6X2 Renavan: 01294761991, Ano:2021/2022, Chassi:9536K8243NR036931 Placa: RSU2B64 | Serviço | 1 | R\$ 12.271,99 |
| 18. | Seguro - Caminhão Carga, equipado com Prancha; Renavan: 01292497650, Ano:2021/2022, Chassi:9536Y8261NR035406 Placa: RSY3J98 | Serviço | 1 | R\$ 14.485,16 |
| 19. | Seguro – Caminhão carga carroceria aberta, VW/9.170 DRC 4/2 Renavan:01264511633, Ano:2021/2022, Chassi:9535H5TB3NR017821 Placa: QTG5E25 | Serviço | 1 | R\$ 9.368,27 |
| Lote 4 – Automóvel | | | | |
| 20. | Seguro – Automóvel RENAULT KWID ZEN, Renavan:01279603507, Ano:2022, Chassi:93YRBB006NJ063082 Placa: RSU8F90 | Serviço | 1 | R\$ 2.901,11 |
| Total: | | | R\$ 157.808,85 | |

Atenção: Para preenchimento da Proposta (Anexo II) deve-se seguir estritamente esta ordem e numeração dos itens, facultando ao licitante participar **apenas dos lotes** de seu interesse.

O valor total estimado deste certame é de **R\$ 157.808,85 (cento e cinquenta e sete mil e oitocentos e oito reais e oitenta e cinco centavos).**

Este valor médio foi aferido através de realização de cotações no mercado regional, banco de preços e outras plataformas de pesquisas de preços, sendo, portanto, o valor que será utilizado como média no presente pregão eletrônico.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Os interessados podem apresentar proposta para quaisquer dos **ITENS/LOTES** de seu interesse, individualmente, respeitado o critério de julgamento.

1.2 Independentemente do critério de julgamento ser pelo valor do **ITEM**, do **LOTE**, ou **GLOBAL**, os itens serão analisados pelo valor unitário. Qualquer item que tiver seu valor superior ao valor estimado pela administração, deverá ser retificado ou será desclassificado.

1.3 Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2023/CPLMS

ANEXO VI DO EDITAL

Cópias Dos Certificados De Registro E Licenciamento Dos Veículos – CRLV

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2023/CPLMS

ANEXO VII DO EDITAL

JUSTIFICATIVA DE LOTES